

XXII SEMANA DE HISTÓRIA

História e Resistência:
pesquisas e debates
sobre as experiências de resistência
no Nordeste



ESCRavidÃO E ALDEAMENTO: EXPLORAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ COLONIAL

Thais Maria Bezerra Ferreira Silva¹, Maria Aparecida de Souza², Darlan de Oliveira Reis Junior³

Resumo: A pesquisa tem por objetivo analisar o processo histórico de exploração dos povos indígenas no Ceará colonial. A exploração assumiu várias formas: a escravização ilegal, a escravização pela chamada “guerra justa”, a usurpação das terras indígenas, a submissão através de outras formas de trabalho compulsório, a catequização imposta através da política de aldeamentos. As formas de resistência foram variadas: guerras, fugas, reivindicação de direitos, participação nas lutas políticas do período. Busca-se compreender os indígenas enquanto sujeitos dos processos históricos nos quais estão inseridos. As fontes a serem analisadas são cartas, requerimentos, cartas de sesmarias, documentos governamentais, legislações. As fontes utilizadas fazem parte do acervo do Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC) em formato digital e textual, laboratório do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA).

Palavras-chave: Indígenas. Exploração. Escravidão. Aldeamento. Colônia.

1. Introdução

O processo de colonização do Ceará, que se deu a partir da ocupação das terras dos povos nativos e sua incorporação mediante formas de trabalho compulsório, dentre elas a escravização, ao mesmo tempo em que foi estabelecida a escravidão africana e gerado o campesinato pobre. “Antes da colonização, o Ceará não existia, nem fazia falta. O que havia era o trânsito de populações articuladas em culturas mais ou menos particulares, sem dependência da escrita e com vida vinculada aos poderes da natureza” (RAMOS,

1 Universidade Regional do Cariri, email: autor1 thaismaria.bezerra@urca.br

2 Universidade Regional do Cariri, email: autor2 aparecida.sousa@urca.br

3 Universidade Regional do Cariri, email: autor3 darlan.reis@urca.br

XXII SEMANA DE HISTÓRIA

História e Resistência:
pesquisas e debates
sobre as experiências de resistência
no Nordeste



2012, p.25-26). A conquista da espacialidade não se deu sem resistência, o processo de dominação foi permeado de conflitos, porém proporcionou a formação da classe senhorial, detentora das terras, proprietárias de pessoas e que buscava o controle das águas, condição importante nos sertões cearenses. Processo que não esteve restrito ao território da capitania do “Siará Grande”, posteriormente Capitania do Ceará, mas por todo o espaço setentrional do que hoje é reconhecido como Nordeste brasileiro. Segundo Guillermo Palacios, a ofensiva do Estado Colonial contra os pequenos lavradores nos séculos XVII e XVIII foi montada em um tripé de instrumentos expropriatórios – proibição de determinados cultivos; apropriação das terras de mata virgem localizadas entre a então Comarca de Alagoas e os arredores da vila de Fortaleza; recrutamento militar dirigido preferencialmente contra os distritos camponeses (PALÁCIOS, 2009, p.157).

Acrescentamos a isso, a exploração do trabalho dos povos indígenas em diferentes atividades e mediante a compulsoriedade, além da catequização e a política de aldeamentos. A ocupação do território obedeceu à lógica da administração colonial e seus imperativos – direcionar fluxos de pessoas e mercadorias, recolher impostos, arregimentar politicamente, contar a população. A apropriação das terras no Ceará levou em conta, a distribuição de sesmarias, a subordinação da população nativa, a política de impedimento dos camponeses de terem acesso às terras, a preferência pelas terras regadias, devido às condições geoclimáticas locais. Ao chegarmos ao século XIX, o Ceará possuía cerca de dez por cento da população composta de fazendeiros, que detinham o monopólio das terras, instrumento importante para as relações de poder (PINHEIRO, 2008, p.21).

Dessa maneira, a pesquisa busca analisar numa perspectiva da História Social, o processo de escravização dos povos indígenas no Ceará colonial, as alegações dos escravizadores, a legislação sobre a questão do trabalho indígena, a política de aldeamento no período colonial, seja o praticado pelas

XXII SEMANA DE HISTÓRIA

História e Resistência:
pesquisas e debates
sobre as experiências de resistência
no Nordeste



missões religiosas ou pelo Diretório dos Índios do Período Pombalino, a usurpação das terras e as resistências contra a escravidão e demais formas de dominação.

2. Objetivo

Analisar as formas de exploração dos povos indígenas durante o período colonial, no Ceará. Identificar o processo de usurpação das terras atribuídas aos povos indígenas pelos colonizadores.

Analisar a política de aldeamento e catequese e suas consequências para os povos indígenas. Investigar as diferentes formas de resistências dos povos indígenas contra a escravização.

Analisar a legislação que proibia a escravidão indígena e as brechas existentes para a efetiva escravização.

3. Metodologia

A reflexão a partir da leitura da historiografia sobre o tema, combinada com as questões teóricas e a pesquisa nas fontes permitirá entender o contexto em que a documentação foi produzida e perscrutar as disputas, consensos, dissensos e resistências produzidas no contexto histórico, possibilitando a escrita sobre a história de exploração dos povos indígenas no Ceará colonial como prevista nos objetivos deste projeto. Serão utilizados os referenciais metodológicos e os procedimentos propostos por Witold Kula, quando exige do historiador uma atitude crítica com respeito às fontes, além da importância do método comparativo (KULA: 1977, 571). Para alcançar as metas que foram estipuladas, foi realizada a leitura de documentos do acervo do Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC), provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), o Memória Colonial, volume I (1618-1720), Tomo I (1618-1698), Tomo II (1699-1720), além da leitura da bibliografia indicada do projeto, realizada com intuito de se situar dentro do debate historiográfico acerca do tema. Ocorre de maneira

XXII SEMANA DE HISTÓRIA

História e Resistência:
pesquisas e debates
sobre as experiências de resistência
no Nordeste



mensal reuniões entre o orientador e as duas bolsistas que fazem parte de tal projeto, visando orientar e gerar uma construção mútua do conhecimento, a partir do debate sobre os dados encontrados nas fontes trabalhadas.

4. Resultados

Buscamos contribuir com as pesquisas já realizadas sobre o tema e com novas reflexões. Atualmente a pesquisa está em sua fase final, onde já foi realizada a leitura teórica e bibliográfica juntamente a pesquisa nas fontes.

Além dos dados sobre exploração e povoamento, encontramos relatos sobre atos de resistência por parte dos nativos, algo que mostra que esse grupo originário não foi um agente passivo na sua relação com o colonizador. Além disso, encontramos também informações de “índios” pedindo para fazer guerra contra outras nações (Coleção Memória Colonial do Ceará: volume I, tomo II. 2011 p. 395 - 399)

É proposto uma resolução de vossa Majestade em que a aldeia da Serra de Ibiapaba seria desmembrada da jurisdição da capitania do Ceará para o Piauí. Desse modo, como reação a essa resolução se argumenta que ao executá-la causaria um grande dano à aldeia, deixaria o Ceará privado de defensores e as fazendas em risco de ser invadidas pelos gentios bárbaros. Assim, a proposta para solucionar essa empasse e trazer paz entre as capitanias é dada pelos próprios índios que habitam a aldeia, “com lágrimas e gemidos” e enviado por o seu governador D. Jacobo de Sousa e Castro e a seu filho:

Os resultados ainda estão em análises, portanto, no referente trabalho não constará todas, tendo em vista que ainda estamos em processo de construção e análise.

5. Conclusão

XXII SEMANA DE HISTÓRIA

História e Resistência:
pesquisas e debates
sobre as experiências de resistência
no Nordeste



Organizadores:



A pesquisa está se encaminhando para a sua reta final, apresentamos os resultados após 9 meses de investigação. O projeto tem como objeto de pesquisa o processo histórico de exploração dos povos indígenas no Ceará colonial: a escravização legal e ilegal; a política de aldeamentos e catequese; os conflitos com os colonos; as diferentes formas de luta e de resistência dos indígenas. O estudo combinado entre as produções historiográficas, a reflexão teórica, o aprendizado no manejo com a documentação, permitirão às bolsistas iniciarem o trajeto da pesquisa científica, o que contribuirá para o encaminhamento posterior aos programas de pós-graduação stricto sensu em História, qualificando ainda mais as pesquisadoras no Estado do Ceará.

6. Referências

ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial & Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. 2ª ed. Brasília: 1998.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfose indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. ALMEIDA, Luis Savio de; GALINDO, Marcos; ELIAS, Lopes Juliana (Orgs.). Índios do Nordeste: temas e problemas II. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2000.

AMOROSO, Marta. Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império. São Paulo: Terceiro Nome, 2014. ARÓSTEGUI, Julio.

A pesquisa histórica: teoria e método. Tradução Andréa Dore; revisão técnica José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BRÍGIDO, João. Apontamentos para a história do Cariri. (Edição reproduzida do Diário de Pernambuco de 1861–fac-similar). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979. _____. Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios. Bauru, SP: Edusc, 2005.

_____; BRIGNOLI, Héctor Pérez.

Os Métodos da História: Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. – tradução de João Maia – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

Fontes: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU): Memória Colonial do Ceará, volume I (1618-1720), Tomo I (1618-1698), Tomo II (1699-1720).